



## **PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: RESPONSABILIDADE SOCIAL E ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL**

Pesquisa de mestrado, desenvolvida pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE- São João da Boa Vista (SP), Brasil. Instituição privada.

<sup>1</sup>Daiana Rocha Silva Tavares. Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, pesquisadora de mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. São João da Boa Vista, São Paulo, Brasil. [daiana-tavares@hotmail.com.br](mailto:daiana-tavares@hotmail.com.br). (19) 3638-0240. Largo Engenheiro Paulo de Almeida Sandeville, 15, Jardim Santo André, São João da Boa Vista, São Paulo, CEP 13870-377 .

<sup>2</sup>Erica Passos Baciuk. Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE, docente do mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. São João da Boa Vista, São Paulo, Brasil. [erica@fae.br](mailto:erica@fae.br). (19) 3638-0240. Largo Engenheiro Paulo de Almeida Sandeville, 15, Jardim Santo André, São João da Boa Vista, São Paulo, CEP 13870-377

**Eixo Temático:** Currículo, Metodologias e Práticas de Ensino

### **Resumo:**

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar a percepção dos profissionais de saúde e da educação, de um município do sul de Minas Gerais, sobre a implantação e execução do Programa Saúde na Escola (PSE) e sua articulação com o Desenvolvimento Humano Sustentável, bem como, de que modo ocorre o desenvolvimento das metodologias e práticas de ensino em saúde no ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com delineamento transversal e base de análise quantitativa. Foram entrevistados profissionais que atuam em instituições pactuadas para o desenvolvimento do PSE. Responderam a pesquisa 174 profissionais de saúde e 177 da educação, perfazendo um total de 351 profissionais.

Como resultados observou-se que ambas as categorias acreditam na contribuição do programa para a autonomia e Qualidade de Vida (QV) do aluno e reconhecem como importante um programa que trate de educação em saúde na escola, no entanto, este reconhecimento apresentou-se mais presente entre os profissionais da escola. Na percepção de ambos profissionais, a qualidade de vida e a autonomia do aluno em saúde, dentro do PSE, apresentou elevada correlação. Os profissionais de saúde tem uma percepção menor sobre a contribuição do PSE ao Desenvolvimento Humano Sustentável. Como facilitadores para o desenvolvimento do PSE destacam-se o reconhecimento dos profissionais sobre a importância dos temas abordados e de seu papel para o desenvolvimento do programa. Como fatores que dificultam o desenvolvimento do PSE no município estudado identificou-se escassez de reuniões entre os dois setores envolvidos, tanto prévias quanto após



a aplicação de ações, preparo e conhecimento insuficientes para atuação com educação em saúde, ausência de capacitações, baixa sintonia entre os temas abordados pelos profissionais no PSE e a programação da escola, além de ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades. Sobre as metodologias adotadas para a aprendizagem dos alunos observou-se que a maioria dos profissionais utilizou-se de palestras, seguido de contação de histórias, jogos e teatro. Conclui-se que o PSE pode contribuir com a transformação social e na saúde de alunos, profissionais e da comunidade onde estão inseridos, desde que adequadamente implantado e conduzido.

**Palavras-chave:** saúde na escola; qualidade de vida; desenvolvimento humano.

### **Introdução:**

Discutir ou pensar sobre o Desenvolvimento Humano Sustentável e Qualidade de Vida na sociedade contemporânea remete à discussão sobre Políticas Públicas em Saúde, implantação de programas específicos e o papel de cada indivíduo enquanto cidadão e ator neste dinâmico processo. Também é ponto importante para se considerar qual a metodologia utilizada para o processo de ensino e aprendizagem em saúde. Ao se pensar em vida com qualidade, e a sustentabilidade desta, deve-se aprofundar a reflexão sobre seu vínculo com a saúde e a educação da população. A Constituição Federal Brasileira, no art. 227, prevê o direito à saúde e à educação, e os atribui como um dever da família, da sociedade e do estado. Neste contexto, as políticas públicas de saúde vêm ao encontro desta garantia, sendo estas reguladas pelo Sistema Único de Saúde por meio da Lei n. 8080, do ano de 1990. Dentre os Programas elaborados para assegurar saúde à população destaca-se, o Programa Saúde na Escola, dos Ministérios da Saúde e da Educação.

Este foi instituído em 2007, pelo Decreto Presidencial de n. 6.286, visando contribuir para que as ações educativas em saúde possam favorecer um desenvolvimento humano integral e que articule saúde e educação. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar a percepção dos profissionais de saúde e da educação, de um município do sul de Minas Gerais, sobre a implantação e execução do Programa Saúde na Escola e sua articulação com o Desenvolvimento Humano Sustentável, provocar uma reflexão sobre de qual modo estas podem refletir no contexto nacional, bem como apresentar as metodologias educativas adotadas para o processo de educar em saúde na escola.

### **Desenvolvimento:**

#### **Método:**

Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com delineamento transversal e base de análise quantitativa. Para aplicação da pesquisa foi construído um instrumento que possibilitou caracterizar os participantes em critérios como: tempo de exercício da atividade e local onde trabalham (saúde ou escola), equipe em que atuam (, formação e tempo de atuação junto ao PSE. Os questionários foram respondidos sem a participação ou interferência do pesquisador. Para avaliação da eficácia da pesquisa a mesma foi aplicada em uma escola pública do município, bem como em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família. Após o teste piloto, a mesma foi adaptada, sendo então aplicada nas instituições elegíveis. Para a



mensuração o instrumento utilizou a Escala de Likert, onde as respostas variaram de um a cinco, de forma equilibrada para não haver tendência das respostas a uma análise positiva ou negativa (ANASTASI e URBINA 2000).

Para a coleta de dados contou-se com a devida autorização das Secretarias Municipais de Educação (SME) e Saúde (SMS) do município objeto de estudo. Na sequência a pesquisadora dirigiu-se a todas as escolas e unidades de saúde da família que atenderam aos critérios de inclusão, onde apresentou a pesquisa e seu instrumento, permitindo então que os participantes respondessem sem sua interferência. Foram cumpridos os princípios enunciados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). A identificação dos participantes da pesquisa foi preservada e não houve ônus aos mesmos. Assim, a população de estudo foi composta de profissionais que atuam em instituições pactuadas para o desenvolvimento do PSE. Responderam a pesquisa 174 profissionais de saúde e 177 da educação, perfazendo um total de 351 profissionais.

### **Resultados e Discussão:**

Observou-se que ambas as categorias acreditam na contribuição do programa para a autonomia e Qualidade de Vida do aluno e reconhecem como importante um programa que trate de educação em saúde na escola, no entanto, este reconhecimento apresentou-se mais presente entre os profissionais da educação. Na percepção de ambos profissionais, a qualidade de vida e a autonomia do aluno em saúde, apresentou elevada correlação. Os profissionais de saúde tem uma percepção menor sobre a contribuição do Programa Saúde na Escola ao Desenvolvimento Humano Sustentável. Ambos profissionais visualizam o programa como pouco resolutivo. Como facilitadores para o desenvolvimento do PSE destacam-se o reconhecimento dos profissionais sobre a importância dos temas abordados e de seu papel para o desenvolvimento do programa. Como fatores que dificultam o desenvolvimento do Programa Saúde na Escola no município estudado identificou-se escassez de reuniões entre os dois setores envolvidos, tanto prévias quanto após a aplicação de ações, preparo e conhecimento insuficientes para atuação com educação em saúde, ausência de capacitações, baixa sintonia entre os temas abordados pelos profissionais no PSE e a programação da escola, além de ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades. Em relação as metodologias adotadas para a aprendizagem dos alunos observou-se que a maioria dos profissionais utilizou-se de palestras, seguido de contação de histórias, jogos e teatro, sendo assim observa-se que os profissionais ainda tem sua atenção voltada para práticas educativas tradicionais, apesar das recomendações sejam de utilização de metodologias ativas, com maior envolvimento do aluno.

### **Conclusões:**

O Programa Saúde na Escola, criado no ano de 2007, vislumbra atrelar duas áreas de grande importância para o país e sua população, educação e saúde, e após 10 anos de sua existência, conclui-se que o mesmo ainda não atinge todos os objetivos para ele traçados, no município de estudo. Os profissionais, em sua



maioria, iniciaram suas ações sem o devido preparado para esta atuação e ainda sem o estabelecido do vínculo intersetorial, tão necessário para sua realização.

Na construção desta pesquisa constatou-se que o programa foi implantado no município, entretanto, para efetivar-se enquanto agente de transformação social e contribuidor do desenvolvimento humano sustentável, se fará necessário que o programa seja repensado desde suas bases, para que estas estejam sólidas e construídas juntas aos profissionais responsáveis por sua realização.

No presente estudo, concluiu-se que os profissionais de saúde e de educação, em sua maioria, reconhecem a importância de um programa de educação em saúde na escola. Assim, visualizam o PSE como importante para a qualidade de vida, para o desenvolvimento da autonomia e para o desenvolvimento humano sustentável dos alunos envolvidos, embora acreditem pouco na resolutividade do mesmo.

Os temas pactuados foram reconhecidos pela maioria dos entrevistados como importante, podendo assim ser visto como um facilitador no desenvolvimento das atividades, entretanto, observa-se que a maior parte dos profissionais não foi preparado para atuar com educação em saúde o que pode ter repercutido no número de profissionais que se sentem pouco ou nada preparados para atuar no PSE, podendo este ser um dificultador para a condução do programa.

Ambos os profissionais reconheceram como médio o conhecimento apresentado sobre os temas abordados no PSE, indicador também demonstrado pelos profissionais de saúde sobre o conhecimento das possíveis metodologias educativas a serem utilizadas.

A maioria dos profissionais não recebeu capacitações para sua atuação, bem como não participou de reuniões para esclarecimentos sobre o PSE. Apontaram ainda que apenas algumas vezes as ações de saúde estavam em sintonia com a programação da escola. Em relação à realização de reuniões prévias entre os profissionais da saúde e da educação, também apontaram que as mesmas não ocorreram, ou aconteceram somente algumas vezes, sendo que as reuniões posteriores às ações não foram realizadas segundo a maior parte dos entrevistados.

Somente algumas vezes as ações do PSE são efetivas para o aprendizado dos alunos, mediante a percepção dos colaboradores da saúde e da educação participantes do estudo, e estes não se sentem satisfeitos, nem insatisfeitos em atuar no PSE.

Os profissionais de saúde, quando questionados sobre a satisfação com o espaço físico para a realização de suas ações, estes não se sentem satisfeitos, nem insatisfeitos. E ainda, na maioria das vezes os recursos necessários para a realização de suas ações nunca estão disponíveis.

Segundo os profissionais de educação as intervenções de saúde foram incluídas no plano pedagógico somente algumas vezes. Assim, vislumbra-se que estes resultados podem indicar dificuldades para a condução do programa.

Ambas as categorias reconhecem seu papel como importante para o desenvolvimento do programa. Os profissionais de educação reconhecem como bastante adequadas as metodologias adotadas pelos profissionais de saúde para a realização de suas ações, o que pode ser traduzido positivamente como um facilitado para a execução do programa estudado.



Poços de Caldas

# Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 1-2 JUN 2017

Espera-se que este estudo, através de seus dados possa contribuir com a reconstrução de um programa centrado em seus objetivos e pautado em resultados emancipatórios para alunos, profissionais de saúde e educação, não só no município da pesquisa, mas em todos aos quais se aplicar, de forma a contribuir para que o PSE implante-se não como mais um programa destinado a saúde ou a educação pública, mas sim que faça cumprir o seu papel.

## Referências:

ANASTASI, A.; URBINA, S. **Testagem Psicológica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de setembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 6 dez., 2007.

DUTTA-BERGMAN, M. J. Poverty, Structural Barriers, and Health: A Santali Narrative of Health Communication. **Qualitative Health Research**, Salt Lake City, v.14, n.8, p.1107-1122, out.2004.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2010.

SANTIAGO, L. M.; RODRIGUES, M. T. P.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. D.; MOREIRA, T. M. M. Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza – CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n.6, p. 1026–1029, nov./dez. 2012.